



CMUHE018407

EX-SECRETÁRIOS negam desvios. Correio Popular,
Campinas, 20 jan., 2001.

Ex-secretários negam desvios

O ex-secretários de Educação, Alcides Mamizuka, e de Finanças, Álvaro Iglesias, negaram ontem irregularidades na utilização das verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os dois ocupavam os cargos no período em que o Fundo identificou irregularidades.

Álvaro Iglesias disse que, apesar de não ter conhecimento do relatório do FNDE, não houve desvio de verbas da merenda. "Todo recurso, que era carimbado - com destino certo - para um Fundo, era realmente utilizado para aquela conta", disse. O possível desvio, segundo ele, pode ser um erro de interpretação porque muitas vezes o dinheiro federal chegava atrasado e a conta que deveria ter sido paga com esse recurso já tinha sido saldada pela Prefeitura. "Talvez por causa disso eles estejam dizendo que houve desvio. Porém, afirmo que utilizamos as verbas destinadas para o pagamento de merenda exclusivamente para esse fim", explicou Iglesias.

No entanto, o ex-secretário de Finanças, disse que para fazer o pagamento da folha de funcionários a Prefeitura algumas vezes chegou a recorrer a outros recursos para efetuarlo. "Um exemplo foi o do Hospital Mário Gatti. Mas da merenda nunca foi utilizado porque o estado geral das contas da Administração era de atraso e os empresários de alimentação ficavam pressionando para que efetuássemos os pagamentos o mais rápido possível", disse. O pagamento das notas fiscais, de acordo com ele, era feito a partir de uma autorização emitida pela Secretaria de Educação. "Eu não acredito que existem notas frias. Tínhamos controle", afirmou Iglesias.

O ex-secretário Mamizu-



Iglesias afirma que não houve desvios



Segundo Mamizuka, Finanças administrava recursos

ka disse que a verba da merenda, apesar de ter uma conta específica, era controlada pela Secretaria de Finanças. "Quem gerenciava essa conta e liberava os pagamentos não era a Secretaria de Educação. Apenas sei que as empresas de merenda receberam. A responsabilidade pelo uso do dinheiro era de Finanças", esclareceu ele. Em relação às notas fiscais, ele disse que no período da licitação da merenda foi feita uma consulta, via ofício, ao Ministério da Educação para saber como ficaria o pagamento para as empresas de merenda, já que o Programa autorizava apenas a compra de gêneros e as empresas passa-

riam a servir refeições. "A Prefeitura recebeu ofício do Ministério orientando que as empresas emitissem notas de gêneros apesar de servir refeição", disse Mamizuka. O ex-secretário também desconhecia a entrega de notas cobrando alimentos que foram entregues ao Corpo de Bombeiros.

A assessoria de imprensa das empresas de merenda terceirizada negou as acusações sobre a emissão de notas frias. Segundo a assessoria, as empresas desconhecem o relatório do FNDE e aguardam serem chamadas pela Prefeitura de Campinas para conhecerem o teor do documento e, assim, tomar providências.